



**PREFEITURA DE
HORIZONTE**
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE

LIDO NA SESSÃO

Em: 15 / 03 / 2022

Presidente

MENSAGEM Nº 16/2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,



Vimos encaminhar a Vossas Excelências, para apreciação e deliberação dessa augusta Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que **Dispõe sobre a Criação do Plano pela Primeira Infância no Município de Horizonte e dá outras providências.**

Na certeza de que os ilustres membros dessa egrégia Casa Legislativa haverão de conferir o indispensável apoio a esta proposição, rogamos a Vossa Excelência emprestar a valiosa e imprescindível colaboração no encaminhamento da matéria.

Atenciosamente,

Horizonte/CE, 10 de março de 2022.

Assinado de forma digital por
Manoel Gomes de Farias Neto |
Prefeito Municipal de Horizonte



PREFEITURA DE
HORIZONTE

Manoel Gomes de Farias Neto
PREFEITO DE HORIZONTE

Ao Exmo. Sr.

CARLOS ELOY CAVALCANTE LIMA

MD Presidente da Câmara de Vereadores Horizonte
/NESTA

GABINETE DO PRESIDENTE
Recebido

Em: 11 / 03 / 22

Por: [Signature]





**PREFEITURA DE
HORIZONTE**
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ



CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE
CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE
Em: 22/05/2022
Presidente

JUSTIFICATIVA

A construção de uma sociedade produtiva e próspera está diretamente relacionada com o investimento realizado nos primeiros anos de vida das crianças, incluindo também a gestação.

É neste período, de zero até os seis anos, que se estabelecem as bases do desenvolvimento físico, intelectual e psicossocial da criança e que oferecerão as condições para que se torne um adulto capaz de conduzir com autonomia e prosperidade a sua vida.

Este processo é, em parte, decorrente da determinação genética herdada de pai e mãe. Entretanto, após o nascimento, a criança passa a estabelecer um relacionamento pessoal e social, com seus cuidadores, que na maior parte das vezes são os próprios pais, com outros familiares, com a rede comunitária e escolar, dentre outros espaços sociais que irá transitar e experimentar a convivência. É justamente este ambiente que irá promover e facilitar o estabelecimento dos vínculos iniciais e que servirá de base para sua formação pessoal, emocional, cognitiva, bem como irá contribuir para formação de sua personalidade.

Como sabemos, a criança é um ser dependente e necessita de cuidados permanentes: alimentação, higiene, estímulos e afeto. Neste sentido, suas vivências emocionais iniciais são bastante ameaçadoras, já que não possui condições próprias de subsistência.

A atenção do meio onde vive, com os cuidados físicos, o acolhimento afetivo, do apoio da família e de profissionais adequados faz com que a criança viva esta experiência de forma segura e se aquiete. A repetição desta continência para as mais variadas situações que surgirem, promoverá na criança o desenvolvimento de habilidades pela experiência vivenciada, tornando-o um indivíduo seguro e capaz de lidar com a complexidade das futuras solicitações.

Por outro lado, quando este processo ocorre de modo inadequado pela não atuação e participação dos pais, da sociedade, do Estado (União, Estados e Municípios) a criança não consegue estruturar as melhores condições para lidar com as suas emoções. Poderá se tornar pouco habilidosa para administrar as adversidades naturais do dia a dia, desenvolvendo uma baixa tolerância à frustração, além de comportamentos desviantes e que irão prejudicá-la no seu desempenho como ser social. Isso não favorece ajustes nos seus relacionamentos futuros e gera sensíveis prejuízos no seu desempenho como pessoa.

É fundamental que os pais e sociedade sejam esclarecidos da importância da sua participação no desenvolvimento de suas crianças. Necessitam saber que são eles



que vão moldar este desenvolvimento e por isso precisam estar atentos e informados para agir da melhor forma.

Felizmente, em nosso país, estamos vivendo um momento bastante especial no qual cresce o interesse e o investimento na primeira infância. Políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal vêm se desenvolvendo de modo integrado. Despertamos para a importância do investimento nesta época da vida. Projetos já executados em décadas anteriores em populações com alto índice de vulnerabilidade infantil mostraram evidências de que investir na primeira infância é altamente gratificante a curto, médio e longo prazo.

É neste cenário que Órgãos Governamentais e Não Governamentais em níveis Federal, Estadual e Municipal se unem para Construção de Políticas Públicas Intersectoriais, refletidas no Plano Pela Primeira Infância, documento que servirá de base para as ações executadas no município.

Assim, a Prefeitura Municipal de Horizonte encaminha projeto de lei, objetivando a normatização de tão importante preceito para melhoria da qualidade de vida pessoal e social de nossas crianças e adolescentes, bem como de instrumento de redução de desigualdades no qual está o público infanto-juvenil inserido em nosso país.

Renovo a todos que fazem dessa Egrégia Casa Legislativa votos de elevada estima e distinto apreço.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE, ao 10 de março de 2022.

Assinado de forma digital por
Manoel Gomes de Farias Neto |
Prefeito Municipal de Horizonte



PREFEITURA DE
HORIZONTE

Manoel Gomes de Farias Neto
PREFEITO DE HORIZONTE

Assinado de forma digital
por Francisco Marcello
Martins Desiderio |
Procurador-Geral do
Município | OAB-CE 13.081



PREFEITURA DE
HORIZONTE



**PREFEITURA DE
HORIZONTE**
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE
LIDO NA SESSÃO

Em: 15 / 03 / 2022



PROJETO DE LEI Nº 030, 10 DE MARÇO DE 2022

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PLANO PELA PRIMEIRA
INFÂNCIA NO MUNICÍPIO HORIZONTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE HORIZONTE faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Plano Municipal pela Primeira Infância DO MUNICÍPIO HORIZONTE, plano este também submetido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Horizonte - CMDCA, com a finalidade de garantir a proteção integral, a promoção e a defesa da criança de zero a seis anos enquanto sujeito de direito, de acordo com os princípios e diretrizes legais em vigor no Brasil e no mundo, em especial na Declaração Universal dos Direitos das Crianças, do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef e no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA e o Marco Legal da Primeira Infância.

Art. 2º. Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I - Criança: pessoa em desenvolvimento, com individualidade e originalidade própria que tem valor em si mesmo; sujeito social, cidadã, com direitos humanos e direitos específicos da idade e do processo de desenvolvimento e formação que está vivendo;

II – Infância: categoria social e cultural da vida humana, mutável segundo o tempo e a cultura, que caracteriza o período da existência que vai da concepção aos doze anos de idade;

III - Primeira Infância: período da vida que envolve a fase gestacional, o nascimento e os primeiros seis anos completos, sendo basilar na formação da pessoa, na construção da subjetividade e das interações sociais;

IV – Desenvolvimento infantil: processo de formação humana, com características e ritmo próprios de cada criança, que se dá na interação com o meio social, cultural, ambiental, físico e econômico e que deve ser integral, abrangendo simultânea e integradamente todos os aspectos de sua personalidade - físico, social, afetivo, cognitivo, linguístico, artístico e transcendental.

Parágrafo único. A diversidade entre as crianças e na infância, consequência dos processos individuais e coletivos de constituição pessoal e social, deve ser acolhida em todos os ambientes de atendimento às crianças como direito à individualidade e subjetividade de cada uma e às características dos diferentes grupos sociais e como riqueza cultural da sociedade brasileira.

Art. 3º. Os direitos de proteção, promoção e participação se aplicam a todas as crianças, sem discriminação de qualquer natureza, seja origem de nascimento, situação familiar, idade, sexo e gênero, raça, etnia ou cor, religião e crença, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, do ambiente social, da região e local de moradia ou outra que diferencie as condições pessoais, familiares ou da comunidade em que vive.

Art. 4º. A família, a Comunidade, a Sociedade e o Estado (União, Estado e Município) são corresponsáveis, dentro de suas competências legais e institucionais, pela proteção integral e pela oferta de meios que assegurem a promoção e a participação da criança desde a Primeira Infância, devendo observar como critério, no planejamento e nas ações, o seu interesse superior.

Art. 5º. A família é a instituição social primordial de proteção, cuidado e educação da criança na Primeira Infância e contará, para o bom desempenho dessas funções, com o apoio da Sociedade e do Estado.

§ 1º. A mãe e o pai, ou os responsáveis pela criança, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados e indeclináveis no seu cuidado e educação.

§ 2º. As famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco de cuidado, proteção e educação de seus filhos, independentemente da condição econômica, terão prioridade de atenção pelo Estado (União, Estado e Municípios), dentro de suas competências legais e institucionais.

Art. 6º. A comunidade e a sociedade participam solidariamente do cuidado e proteção da criança:

I – por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações, nos termos do art. 227, § 7º, combinado com o art. 204, II, da Constituição Federal;

II – integrando conselhos, de forma paritária com representantes governamentais, com funções de planejamento, acompanhamento, controle social e avaliação;

III – executando ações diretamente ou em parceria com o Poder Público;

IV – desenvolvendo programas, projetos e ações compreendidas no conceito de responsabilidade social e de investimento social privado;

V – promovendo ou participando de campanhas e ações que visem à maior participação social na garantia dos direitos da criança.

Art. 7º. O Estado (União, Estado e Município) tem o dever de planejar e por em prática, no âmbito do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e da Administração Pública, todas

as medidas que sejam necessárias e apropriadas, bem como apoiar a corresponsabilidade da família e da sociedade e promover a participação social para que toda criança pequena esteja no pleno gozo dos seus direitos.

Art. 8º. O Município Horizonte, dentro de suas competências, dará apoio às famílias, por meio de políticas e programas apropriados, para que tenham as condições necessárias e adequadas para exercer a função de cuidado, proteção e educação da criança na Primeira Infância, em especial as que assegurem a construção ou reconstrução dos vínculos familiares e comunitários.

Art. 9º. O Município de Horizonte poderá formalizar parcerias, nos moldes legais em vigor, com organizações da sociedade civil que tenham entre seus objetivos o atendimento de direitos da criança, com vistas à formação de redes de cuidado e proteção nas comunidades das crianças.

Art. 10. As políticas públicas pela Primeira Infância serão elaboradas de acordo com os seguintes princípios:

I – Fortalecimento do papel da família como instituição primordial de cuidado, proteção, educação da criança e formação dos vínculos afetivos;

II – Centralidade da criança como sujeito e cidadã, ponto de partida da definição das ações;

III – Escuta da criança, acolhendo-a como participante, por meio de suas diferentes linguagens, da definição das ações que melhor atendem às suas necessidades e interesses;

IV- Atenção à integridade e integração da criança;

V - Integração das ações setoriais por meio da articulação dos organismos que têm atribuições na área dos direitos da criança ou cuja atividade afeta a vida e o desenvolvimento infantil;

VI – Conjugação das visões humanista, científica e técnica na formação e desenvolvimento da criança;

VII – Acolhimento da diversidade étnica, cultural, de gênero e de condições pessoais de desenvolvimento;

VIII – Prioridade do investimento público nas áreas, grupos sociais e famílias que, por razões econômicas ou de outra natureza, apresentam situação precária no atendimento dos direitos da criança.

Art. 11. O Município de Horizonte elabora o Plano Municipal pela Primeira Infância, encaminhando-o ao Poder Legislativo para adquirir o caráter de lei, com as seguintes características:

I – abrangência de todos os direitos da criança;

II – participação da sociedade na sua elaboração;

III – corresponsabilidade e respeito das competências legais e institucionais da União, dos Estados e dos Municípios na atenção à Primeira Infância.

Art. 12. Os planos plurianuais, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão elaborados de modo a assegurar a consignação de dotações orçamentárias capazes de dar suporte aos objetivos e metas do plano municipal pela primeira infância.

§ 1º O Documento Síntese da proposta do plano constante do Anexo único desta Lei, destina-se a orientar os programas, projetos e ações voltados para crianças de zero a seis anos, em cada Secretaria responsável pelos pilares e eixos de trabalho, assim descritos: EIXO ESTRATÉGICO I - Primeira Infância e o Direito à Educação; EIXO ESTRATÉGICO II - Primeira Infância e o Direito à Saúde; EIXO ESTRATÉGICO III - Primeira Infância e o Direito à Cultura, ao brincar, ao lazer e a prática pedagógica; EIXO ESTRATÉGICO IV - Primeira Infância e o Direito à Assistência, à Proteção e à Cidadania; EIXO ESTRATÉGICO V - Primeira Infância e o Direito à Crescer com Segurança; EIXO ESTRATÉGICO VI - Primeira Infância e a Cidade: Infraestrutura e Meio Ambiente; EIXO ESTRATÉGICO VII - Primeira Infância e a Gestão da Política – Ações Afirmativas;

§ 2º O Documento Síntese da proposta do plano poderá sofrer modificações e retificações, à medida que se proceder sua implementação, quando necessário para melhor execução e fortalecimento da política pública pela primeira infância, sempre salvaguardando princípios, diretrizes e áreas de atuação estabelecida, bem como sem alteração de seus objetivos.

Art. 12. O Plano Municipal pela Primeira Infância de Horizonte será implementado com ações estabelecidas a curto, médio e longo prazos.

Art. 13. O Plano Municipal pela Primeira Infância de Horizonte será construído, monitorado e executado de forma intersetorial, resguardando as ações previstas no Documento Síntese que deu origem ao Plano.

Art. 14. O Poder Executivo Municipal pode regulamentar, no que couber, matérias adicionais regidas por esta Lei.

Art. 15. As Normas que atualmente em vigor tratem de matéria pertinente ao Plano Municipal Pela Primeira Infância de Horizonte, permanecem em vigência, naquilo que não forem contrários a esta Lei.

Art. 16. Eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Município, nos Termos e moldes das competências e da Lei em vigor.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE, em 10 de março de 2022.

Assinado de forma digital por
Manoel Gomes de Farias Neto
| Prefeito Municipal de
Horizonte



PREFEITURA DE
HORIZONTE

Manoel Gomes de Farias Neto
PREFEITO DE HORIZONTE

Assinado de forma digital por
Francisco Marcello Martins
Desiderio | Procurador-Geral
do Município | OAB-CE 13.081



PREFEITURA DE
HORIZONTE

ANEXO ÚNICO
PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA 2022

EIXO ESTRATÉGICO I

Primeira Infância e o Direito à Educação

Objetivos	Ações	Territorialização		Público Alvo Direto	Situação de Implementação	Periodicidade da ação	Meta	Setor responsável	Indicadores de resultados	Fontes de verificação	Tempo estimado para o alcance da Meta
		Urbana	Rural								
Universalizar o atendimento de CEI's de 0 à 3 anos	- Ampliação da rede de CEI's (estrutura física e profissional)	X	X	Crianças de 0 à 3 anos	Em execução	Anual	50% de atendimento 0-3 anos	Educação	Número de matrículas realizadas	Frequência; Matrículas; Registros fotográficos.	2030
Implantar os serviços de AEE nos CEI's	- Garantir a implementação de salas de AEE em CEI's de forma a abranger todos os territórios; - Firmar parcerias com o governo federal e estadual;	X	X	Crianças de 0 à 6 anos	A ser implantada	Anual	30% dos CEI's com salas de AEE implantadas	Educação	Número de salas implantadas; Número de matrículas com deficiência atendida nas salas de AEE	Frequência dos alunos; Registros fotográficos.	2029
Ampliar o número de CEI's	- Construir novos Centros de Educação Infantil	X	X	Crianças de 0 à 6 anos	Em execução	4 anos	De acordo com a demanda territorial	Educação	Número de CEI's construídos	Registros fotográficos	2029
Formação continuada para os professores da Primeira Infância	- Fortalecer na formação de profissionais as temáticas que envolvem o público alvo	X	X	Profissionais da Educação	Em execução	Mensal	100% do público alvo	Educação	Números de profissionais em formação;	Registros fotográficos; Frequência;	2023

Incentivar a segurança alimentar e a reeducação alimentar nos CEI's	- Promover campanhas educativas com as famílias sobre a temática; - Garantir merenda escolar de qualidade; - Criar hortas nos CEI's	X	X	Crianças de 0 à 6 anos	A ser implantada	Bi Anual	100% dos CEI's com hortas	Educação	Qtd. de palestras realizadas; Qtd de CEI's com hortas; Número de participantes	Lista de Frequência; Registros fotográficos.	2028
---	---	---	---	------------------------	------------------	----------	---------------------------	----------	--	---	------

EIXO ESTRATÉGICO II

Primeira Infância e o Direito à Saúde

Objetivos	Ações	Territorialização		Público Alvo Direto	Situação de Implementação	Periodicidade da ação	Meta	Setor responsável	Indicadores de resultados	Fontes de verificação	Tempo estimado para o alcance da Meta
		Urbana	Rural								
Fortalecer as ações do Programa Saúde na Escola-PSE e Crescer Saudável	- Promover ações Inter setoriais entre saúde, educação e assistência com temáticas relacionadas a saúde e qualidade de vida por meios da utilização de estratégias educativas	X	X	Crianças e Adolescentes e Profissionais da Saúde e Educação	Em execução	Mensal	85 % das escolas pactuadas	Secretaria de Saúde	Número de ações realizadas; Quantidade participantes nas oficinas; Número de CEI's e escolas participantes.	Frequência; Registro fotográfico; Material produzido nas oficinas	2025
Fortalecer a temática do Aleitamento Materno nos grupos de gestantes, pré natal e puerpério	- Desenvolver ações coletivas junto às gestantes dos CRAS ou postos de saúde com temáticas voltadas para gestação e a PI; - Realizar campanhas educativas	X	X	Gestantes e puerpério	A ser implantada	Bimestral	100% das equipes dos ACS's e CRAS's	Secretaria de Saúde	Números de gestantes participantes; Número de campanhas realizadas; Número de crianças com aleitamento materno exclusivo;	Frequência; Registro fotográfico; Material Produzido nas campanhas; Relatório de produção no e-SUS	2022
Sensibilizar os profissionais médicos para o registro da triagem neo natal	- Monitoramento dos registros relacionados a triagem neonatal;	X		Profissionais de Saúde do HMVRS	Em execução	Mensal	100% das crianças nascidas	Secretaria de Saúde	Número de crianças com registro de triagem neo natal	Caderneta da criança;	2022

Mobilizar as gestantes a realizarem o pré natal no primeiro trimestre	- Realização de busca ativa pelos ACS's e Campanhas educativas	X	X	Gestantes	Em execução	Mensal	80% das Gestantes do Território	Secretaria de Saúde	Número de Gestantes com a primeira consulta de pré natal à 12ª semana	Relatório de produção do e-SUS	2022
Ampliar o número de partos normais no HMVRS	- Sensibilização nos grupos de gestantes sobre o parto normal e os benefícios para a mãe e o bebê	X	X	Gestantes	A ser implantada	Mensal	70% das Gestantes	Secretaria de Saúde	Quantidade de partos normais registrados no HMVRS;	Relatório de produção	2025

EIXO ESTRATÉGICO III

Primeira Infância e o Direito à Cultura, ao brincar, ao lazer e a prática pedagógica

Objetivos	Ações	Territorialização		Público Alvo Direto	Situação de Implementação	Periodicidade e da ação	Meta	Setor responsável	Indicadores de resultados	Fontes de verificação	Tempo estimado para o alcance da Meta
		Urbana	Rural								
Pluralizar o atendimento cultural da Primeira Infância	Ampliar e diversificar o número de matrículas para essa faixa etária através a implantação dos pontos de cultura	X	X	Crianças de 04 à 06 anos	Em planejamento	Semestre	75% de ações e serviços descentralizados	Secult	Número de matrículas realizadas por semestre	Matrículas realizadas	2025
Pluralizar o atendimento cultural da Primeira Infância	- Aulas de artes, nas diversas linguagens dança clássica, moderna e regional sim com nas linguagens de teatro e artes visuais. - Implementar e divulgar o Mapeamento Cultural Quilombola, junto aos órgãos que atuam nas políticas públicas finalísticas, objetivando o norteamento das	X	X	Crianças de 04 à 06 anos	Em execução	Semestral	80% de ampliação do número de matrículas para essa faixa etária	Secult	Número de matrículas realizadas por semestre	Matrículas realizadas	2025

	ações culturais locais.										
Facilitar o acesso desse público ao contato com as artes visuais	Implementação de um programa de exibição de cinema para a primeira infância	X	X	Crianças de 3 a 6 anos	Em execução	Mensal	85% de acesso à Crianças de 3 a 6 anos	Secretaria de Educação e ONGS	Nº de exposições de filmes; Qtd. de participantes; Qtd. de colaboradores envolvidos;	Filmes educativos com temáticas direcionadas a assuntos específicos	2025
Atender com atividades lúdico/educativas as crianças da primeira infância	Brinquedo creche do CÉU	X		Crianças de 00 a 06 anos	Em implantação	Diário	De acordo com a demanda territorial	Secult	Número de visitas programadas e demandas locais	Lista de usuários que frequentam o equipamento	2025
Facilitar inovações e acompanhamento do ensino de acordo com demandas específicas	Formação continuada para e suporte pedagógico para professores e técnicos de artes da Secult Horizonte sobre especificidades da primeira infância	X	X	Professores e oficinairos	A ser implantado	Semestral	100% do corpo docente de artes do município	Secult e Educação	Número de participantes; Qtd. de ações executadas	Registros fotográficos; panfletos; cartazes	2025
Pluralizar a história e lendas do nosso município e os contos infantis	Criar o programa de contação de histórias com lendas da nossa cidade e contos infantis	X	X	Crianças de 02 a 06 anos	Em andamento	Trimestral	Implantação do programa	Secult e Educação	Número de participantes; Qtd. de ações executadas	Registros fotográficos; panfletos; cartazes	2025
Facilitar o acesso do público da primeira infância ao contato e	Implementar um programa de formação de plateia com peças teatrais no	X		Crianças de 02 a 06 anos	Em Andamento	Trimestral	Implantação do programa	Secult	Qtd. de peças teatrais em exibição;	Registros fotográficos; Cartazes.	2025

CEU e Centro Cultural de Horizonte								Número de espectadores por apresentação		
<p>Parcerias para investimentos para otimização e criação de espaços de lazer para PI por território;</p> <p>- Promover esporte educacional com foco em crianças de 0 a 06 anos;</p> <p>- Estimular iniciativas de cunho esportivo à Primeira Infância, como projetos, associações, etc.</p>	X	X	Crianças de 0 a 06 anos	A ser implantado	Anual	85% das ações executadas	Secretaria de Esporte	Qtd. de projetos, instituições envolvidas; Qtd. de crianças participantes.	Registros fotográficos; Cartazes; Lista de Frequências.	2025
<p>- Implementar nas brinquedotecas um dia de atividades recreativas relativas ao esporte;</p> <p>Criar junto aos CRAS núcleos esportivos da Primeira Infância.</p>	X	X	Crianças de 0 a 06 anos	A ser implantado	Bimestral	85% das ações executadas	Secretaria de Esporte	Nº de CRAS pactuados; Qtd. de colaboradores envolvidos;	Registros fotográficos; Cartazes; Lista de Frequências.	2025

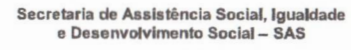
EIXO ESTRATÉGICO IV

Primeira Infância e o Direito à Assistência, à Proteção e à Cidadania

Objetivos	Ações	Territorialização		Público Alvo Direto	Situação de Implementação	Periodicidade da ação	Meta	Setor responsável	Indicadores de resultados	Fontes de verificação	Tempo estimado para o alcance da Meta
		Urbana	Rural								
Ampliar o número de gestantes acompanhadas pelo PAIF	Contração/ ampliação de profissionais capacitados a fim de acompanhar os grupos de gestantes	X	X	Gestantes	Em Execução	Anual	100% de profissionais capacitados	Assistência	Qtd. de grupos formados; Qtd. de profissionais capacitados;	Ficha de Frequência; Registros fotográficos;	2023
Alimentar o SIPIA com informações necessárias para o diagnóstico voltados para a primeira infância	Monitorar mensalmente	X	X	CT	A ser implantada	Mensal	90% de monitoramento	Assistência	Qtd. de registros inseridos no sistema	Relatórios mensais;	2024
Disponibilizar espaços de lazer para PI por território	Parcerias para investimentos para otimização e criação de espaços de lazer para PI por território	X	X	PI	Em Execução	Bi Anual	Ampliar em 80% os espaços	Assistência	Qtd. de parcerias formadas	Registros fotográficos; Termos de Fomento.	2025

Disseminar e fortalecer a política da Primeira Infância como espaço de garantia de direito	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar os trabalhadores do SUAS, Conselheiros de direitos, Conselho Tutelar e OSC, sobre a temática da Primeira Infância; - Criar e implementar de forma intersetorial PMPI; - Aprovar no CMDCA o PMPI; - Apoiar e executar as ações do Programa Criança Feliz e Mais Infância Ceará como estratégias da garantia de direitos da PI; - Promover campanhas educativas com foco na garantia no desenvolvimento infantil e na proteção à Primeira Infância. 	X	X	PI	Em execução	Anual	90% das ações em execução	Secretaria de Assistência	Número de campanhas e ações executadas; Qtd. de colaboradores envolvidos.	Cartazes, Folders, banners, registros fotográficos;	2023
--	---	---	---	----	-------------	-------	---------------------------	---------------------------	--	---	------

Fortalecer as ações de garantia do Registro Civil no município	Promover ações intersetoriais para a garantia do registro civil, combate e redução do sub registro; - Realização de campanhas educativas para registro de nascimento no tempo certo e combate ao sub registro.	X	X	PI	Em planejamento	Semestral	90% das ações em execução	Secretaria de Assistência	Número de campanhas e ações executadas; Qtd. de colaboradores envolvidos.	Cartazes, Folders, banners, registros fotográficos;	2023
Promover ações de educação alimentar nutricional na Primeira Infância	Realizar campanhas educativas e atividades com foco na promoção da alimentação saudável de crianças na Primeira Infância junto à famílias atendidas nos CRAS, Programa Criança Feliz e CMIC.	X	X	PI	Em planejamento	Semestral	90% das ações em execução	Secretaria de Assistência	Número de campanhas e ações executadas; Qtd. de colaboradores envolvidos.	Cartazes, Folders, banners, registros fotográficos;	2023
Fortalecer a política de igualdade racial na Primeira Infância	- Campanhas educativas para combate ao racismo na primeira infância e promoção de igualdade social;	X	X	PI	Em planejamento	Semestral	90% das ações em execução	Secretaria de Assistência	Número de campanhas, foruns e ações executadas; Qtd. de colaboradores e público alvo envolvidos.	Cartazes, Folders, banners, registros fotográficos;	2023

[illegible]

EIXO ESTRATÉGICO V

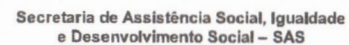
Primeira Infância e o Direito à Crescer com Segurança

Objetivos	Ações	Territorialização		Público Alvo Direto	Situação de Implementação	Periodicidade da ação	Meta	Setor responsável	Indicadores de resultados	Fontes de verificação	Tempo estimado para o alcance da Meta
		Urbana	Rural								
Fortalecer ações de segurança e cidadania com foco na primeira infância	<ul style="list-style-type: none"> - Campanhas educativas para o uso adequado dos equipamentos de segurança no trânsito para o público da Primeira Infância; - Fiscalização do trânsito com foco na segurança na Primeira Infância; - Apoio às ações de promoção garantia e defesa de direitos de crianças de 0 a 06 anos; - Apoio às ações de prevenção e combate a violência doméstica e familiar. 	X	X	Crianças de 0 à 06 anos	Em execução	Bimestral	100% das ações executadas	Secretaria de Segurança	Quantidade de campanhas e ações executadas	Folders, panfletos e cartazes	2023

EIXO ESTRATÉGICO VI

Primeira Infância e a Cidade: Infraestrutura e Meio Ambiente

Objetivos	Ações	Territorialização		Público Alvo Direto	Situação de Implementação	Periodicidade da ação	Meta	Setor responsável	Indicadores de resultados	Fontes de verificação	Tempo estimado para o alcance da Meta
		Urbana	Rural								
Garantir o acesso e adaptação necessária para a utilização dos espaços públicos com atividades voltadas para a Primeira Infância, bem como seus familiares.	- Mapear e divulgar entre a rede de atendimento à Primeira Infância, o diagnóstico situacional de todos os espaços públicos, passíveis de atividades culturais, esportivas, artísticas, dentre outras, bem como sua estrutura organizacional.	X	X	Crianças de 0 à 06 anos	A ser implantado	Anual	Mapear 100% a rede	Secretaria de Infraestrutura	Número de cadastros da rede de atendimento	Diagnóstico situacional	2025
Fortalecer ações de promoção do meio ambiente sustentável.	- Implantação do Parque Ecológico; - Promoção de campanhas educativas para cuidado e proteção do meio ambiente; - Promoção de ações de arborização da cidade; - Desenvolver Projetos que	X	X	Crianças de 0 à 06 anos e suas famílias	A ser implantado	Anual	100% das ações alcançadas	Secretaria de Infraestrutura	Número de campanhas e ações desenvolvidas	Registros fotográficos	2025

[illegible]

EIXO ESTRATÉGICO VII

Primeira Infância e a Gestão da Política – Ações Afirmativas

Objetivos	Ações	Territorialização		Público Alvo Direto	Situação de Implementação	Periodicidade da ação	Meta	Setor responsável	Indicadores de resultados	Fontes de verificação	Tempo estimado para o alcance da Meta
		Urbana	Rural								
Criar e consolidar estratégias de fortalecimento de vínculos entre família, escola, órgãos municipais e sociedade civil.	Fortalecimento e criação de projetos institucionais e ampliação da intersetorialidade entre órgãos da administração pública e sociedade civil.	X	X	Crianças de 0 à 06 anos e suas famílias	Em execução	Mensal	80% dos órgãos pactuados	Secretaria de Articulação	Projetos, ações, programas e secretarias envolvidas na temática	Registros fotográficos	2023
Fortalecer e garantir as ações para o desenvolvimento infantil na Primeira Infância	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar o Plano Municipal da Primeira Infância; - Realização da Semana do Bebê; - Realização de maneira intersetorial campanhas educativas e ações para a promoção do aleitamento materno exclusivo, a parentalidade positiva, a prevenção a violência, promoção do 	X	X	Crianças de 0 à 06 anos e suas famílias	Em execução	Mensal	100% das ações executadas	Secretaria de Articulação	Projetos, ações, programas e secretarias envolvidas na temática	Registros fotográficos	2023

	calendário de vacinas e a qualidade na Educação Infantil.										
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Assinado de forma digital
por Manoel Gomes de
Farias Neto | Prefeito
Municipal de Horizonte



PREFEITURA DE
HORIZONTE

Assinado de forma digital por
Francisco Marcello Martins
Desiderio | Procurador-Geral
do Município | OAB-CE 13.081



PREFEITURA DE
HORIZONTE

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER Nº 016/2022

AO PROJETO DE LEI Nº 030/2022 ORIUNDO DO PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO:

Trata-se o referido Projeto de Lei que ***"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PLANO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."***

O referido Projeto de Lei foi encaminhado a esta Comissão para análise e emissão do parecer.

PARECER:

Esta Comissão acolheu plenamente a Justificativa do Projeto de Lei em epígrafe

Cabe a Comissão de Orçamento, Fiscalização e Administração Pública emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro e especialmente sobre o patrimônio municipal e opinar sobre suas viabilidades orçamentarias. ***"Art. 55 À Comissão de Orçamento, Fiscalização e Administração Pública, compete: (Inciso II alíneas a à m)."***

Portanto, não há qualquer empecilho à sua tramitação.

VOTO DA COMISSÃO:

Assim, essa Comissão, entende que o **PROJETO DE LEI Nº 030/2022**, do Poder Executivo, deve seguir seu rito normal de tramitação.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, aos 18 dias do mês de março de 2022.



Presidente: EDSON CARLOS DE ALMEIDA - REPUBLICANO;



Vice-Presidente: CARLOS LEANDRO PEREIRA LIMA - PTB;



Membro: ANTONIO CARLOS GOMES - PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 030/2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PLANO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	PODER EXECUTIVO
---------------------------------------	---	----------------------------

PARECER Nº 020/2022**RELATÓRIO:**

Trata-se o referido Projeto de Lei que **"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PLANO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."** O qual foi encaminhado a esta Comissão para análise e emissão do parecer.

PARECER:

Esta Comissão acolheu plenamente a Justificativa do Projeto de Lei em epígrafe

Cabe a Comissão de Constituição e Justiça emitir parecer sobre assuntos de natureza constitucional, legal, jurídico, regimental e técnico legislativo de proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões. **"Art. 55 À Comissão de Constituição e Justiça, compete: (Inciso I alíneas a à e)."**

Portanto, não há qualquer empecilho à sua tramitação.

VOTO DA COMISSÃO:

Assim, essa Comissão, entende que o **PROJETO DE LEI Nº 030/2022**, do Poder Executivo, deve seguir seu rito normal de tramitação.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, aos 18 dias do mês de março de 2022.

Presidente: ANTONIO CARLOS GOMES – **PDT**;

Vice-Presidente: DIEGO PINHEIRO DE OLIVEIRA DA SILVA – **AVANTE**;

Membro: JOSÉ FLÁVIO CABRAL LIMA – **AVANTE**